



Para (re)pensar política científica no Brasil: uma contribuição feminista contra-colonial

Vivian Matias dos Santos*

Resumo

Este escrito objectiva compartilhar reflexões sobre como a matriz colonial de poder alicerça a constituição da política científica no Brasil considerando, para tanto, a potência das lentes feministas contra-coloniais para marcar e fundamentar a análise sobre como as opressões de raça, gênero e exploração de classe podem ser institucionalizadas e se fazerem presentes nas disputas que alicerçam o conjunto dos conhecimentos científicos produzidos. Tais reflexões são resultantes de um caminhar que pode ser pensado em termos de duas vias investigativas. A primeira, considerando a política de ensino superior como parte do campo científico-político, diz respeito às pesquisas previamente realizadas com mulheres cientistas actuanes em universidades situadas na periferia científica brasileira. A segunda, procurando pensar sobre aspectos a serem considerados na história de institucionalização da política científica, diz respeito à pesquisa documental que toma como fontes legislações, súmulas estatísticas e diversos documentos. Nesta última, destacam-se as análises provenientes de documentos do banco de dados da principal agência de fomento à pesquisa que compõe o sistema decisório da política de ciência, tecnologia e inovação nacional: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Por estes caminhos investigativos e partindo da crítica feminista contra-colonial, revelam-se os múltiplos sistemas de dominação que configuram a natureza interseccional das opressões que também compõem a política científica no país.

* Professora Adjunta (dedicação exclusiva), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. Email: vivian.matias@ufpe.br

Abstract

This study aims to share some reflections on how the colonial matrix of power underlies the constitution of the Brazilian scientific politics. The perspective used is that of the feminist contra-colonial theory, in order to mark and support the analysis on how the mechanisms of oppression based on race, gender and class exploration can be institutionalized and enter in the disputes that serve as a base for the production of scientific knowledge. Such reflections are the results of a walk which can be thought in terms of two avenues of research. The first considers the politics of higher education as a part of the scientific-political field. It has to do with research previously realized with women scientist working in universities of the Brazilian scientific periphery. The second seeks to think of aspects to be considered in the history of the institutionalization of the scientific politics, using a documental research, whose sources are represented by an analysis of legislation, statistical data and other documents. Among them it is worth remembering the analyses coming from documents belonging to the data-base of the main research funding agency of the national decisional scientific, technological and innovation system: the National Committee for the Scientific and Technological Development – CNPq. Through these investigative paths and starting from a feminist contra-colonial criticism, this research reveals the multiple systems of domination which configure an intersectional nature of the oppressions which also compose the scientific politics of the country.

Situando a escrita a partir da posição contra-colonial feminista

Neste escrito quero compartilhar algumas reflexões sobre como o legado colonial alicerça a constituição da política científica no Brasil. Tais reflexões posicionam-se a partir da crítica elaborada desde os feminismos contra-coloniais para pensar como as opressões de raça, gênero e exploração de classe permeiam a história de institucionalização da ciência no país e se actualizam permanentemente.

Assim, dadas as especificidades dos caminhos de pensamento e escrita, considero relevante iniciar afirmando que aqui as análises não estão alinhadas com os discursos que negam a relevância da ciência e da pesquisa científica e tecnológica das universidades. Ao contrário, aqui apostamos na importância dos saberes em sua multiplicidade e dos saberes científicos em particular, estes últimos compreendidos como campo de disputas que reflectem os sistemas de dominação estruturais nas sociedades onde são construídos.

Reconhecendo a parcialidade e localização analítica deste escrito, afirmo que ele faz parte de um movimento de revisão dos estudos que realizei com base em epistemologias feministas hegemônicas, ou seja, é parte de um processo de desprendimento e reposicionamento ético-político, epistêmico e epistemológico.

Como parte deste movimento, aqui proponho pensar a política científica brasileira por meio de uma miscelânea composta por minhas experiências de pesquisas¹ dedicadas à crítica feminista à ciência, as quais aqui se organizam por meio de duas vias investigativas: a primeira considera a política de ensino superior como parte do campo científico-político e diz respeito às pesquisas previamente realizadas com mulheres cientistas actuates em universidades situadas no Nordeste do Brasil; já a segunda procura pensar sobre aspectos a serem considerados na história de institucionalização da política científica e, para tal feito, alicerça-se na pesquisa documental cujas fontes são legislações, súmulas estatísticas e diversos documentos selecionados e acedidos em momentos distintos para estudos diversos. Nesta última, destacam-se as análises provenientes de documentos do banco de dados da principal agência de fomento à pesquisa que compõe o sistema decisório da Política de Ciência, Tecnologia & Inovação (CT&I) nacional: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Parto do entendimento de que a política científica está para além das instituições que constituem oficialmente a Política de CT&I. A política científica é aqui pensada como uma ininterrupta construção em disputa. Assim, pensar em política científica diz respeito a pensar desde as disputas entre bases epistêmicas até a complexidade das relações intersectoriais entre políticas públicas (política de CT&I, política educacional, política de ensino superior, etc.) e suas directrizes, relações entre instituições, formas de institucionalidade, relações entre cientistas e seus fazeres cotidianos.²

Pelas lentes feministas contra-coloniais, sendo a política científica uma ininterrupta construção em disputa, ela é entendida como lugar das opressões, mas também de resistências. E é no sentido de contribuir para as resistências à matriz colonial do poder na ciência que estas reflexões encontram sentido.

Interessante dizer que pensar sobre política científica parece nos levar a um lugar inóspito, habitado ou visitado apenas por poucos autorizados a tomá-la como foco de uma investigação sistemática. Ousar pensar sobre tal política parece nos falar sobre um feito apenas adequado aos que possuem uma “expertise” específica e desconfortável no que se convencionou como campo das ciências sociais e humanidades.

Ao longo da minha trajectória estudando a participação de mulheres na periferia científica brasileira muitas vezes me confrontei com a ideia de que cientistas são “homens que fazem as grandes descobertas” e de que estes estão sempre vinculados às ciências biomédicas, engenharias, ou às ditas ciências exactas produzidas em instituições situadas nos países centrais. Logo, como alguém de fora destas áreas do conhecimento e desde a periferia ousaria estudar a ciência? Afinal, se a ciência, mesmo

em suas promessas modernas de objectividade e neutralidade, permaneceu deificada, quem pode pensar e falar sobre os “fios invisíveis” que tecem as possibilidades concretas da sua construção?

Decerto, nós que temos procurado pensar ciência por meio das epistemologias feministas contra-coloniais (Matias Santos 2018) não obtivemos tal autorização. É facto que os feminismos têm encontrado espaço fecundo na academia, mas são os feminismos construídos a partir de bases epistêmicas hegemônicas que encontram mais amplificado eco para as suas construções. Embora os feminismos contra-coloniais tenham uma presença acadêmica cada vez mais contundente, necessitamos de reconhecer e considerar que estamos em disputa. Então, a tarefa que nos cabe é a insubmissão.

Mas qual o significado da posição feminista contra-colonial? Significa uma prática insubmissa que aposta na potência da coligação político-epistêmica e epistemológica entre feminismos não hegemônicos. Compreendo o contra-colonial como campo composto por feminismos (suas teorias e práticas) diversos e em disputa, os quais, não obstante as derivas epistemológicas inerentes à multiplicidade de posicionalidades das mulheres que as constroem, possuem em comum alicerces epistêmicos que se contrapõem à matriz colonial racista, cisheteropatriarcal e capitalista.

Se os cientistas imaginados são homens cisgêneros e heterossexuais vestindo jalecos brancos sobre suas peles também brancas fazendo ciência em países centrais ou, se brasileiros, nas regiões Sudeste e Sul (centro econômico e científico do país), as reflexões aqui elaboradas, em contraposição, partem do diálogo entre os feminismos decoloniais e descoloniais latino americanos³ e pós-coloniais de África e diáspora. Assim, ao pensar gênero, sexualidade e raça estarei a perceber essas opressões como indissociáveis entre si e em relação às desigualdades de classe. E, ao pensar o contexto brasileiro, estarei a partir do pressuposto de que a colonialidade do poder permanece costurando a nossa existência já que é aspecto inerente ao desenvolvimento capitalista nos territórios colonizados – hoje países periféricos na economia e na produção científica global. Neste aspecto, concordo com Castro-Gómez & Ramón Grosfoguel ao posicionar as minhas reflexões e análises:

Transcender o pressuposto de certos discursos acadêmicos e políticos, segundo os quais, com o fim das administrações coloniais e a formação dos Estados-nação na periferia, vivemos agora em um mundo descolonizado e pós-colonial. Partimos, em vez disso, do pressuposto de que a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, bem como a hierarquia étnico-racial das populações, formada durante vários séculos de expansão colonial europeia, não foi significativamente transformada com o fim do colonialismo e da formação de estados-nação na periferia. Em vez disso, estamos testemunhando uma transição do colonialismo

moderno para a colonialidade global, um processo que certamente transformou as formas de dominação apresentadas pela modernidade, mas não a estrutura das relações centro-periferia em escala mundial (2007:13).

Considerando também que a ideia de pensar política científica pelas lentes feministas contra-coloniais significa uma postura de resistência diante da autoridade científica ocidentalizada e ocidentalizante, poder falar sobre ciência aqui diz respeito à contraposição a um projeto colonial de silenciamento, epistemicida. Falar em epistemicídio na política científica brasileira pressupõe entender que há, desde a matriz colonial de poder, um projeto racista, cisheteropatriarcal e capitalista para estruturação da ciência, dos fazeres científicos e das universidades enquanto instituições ocidentalizadas.⁴

Por outro lado, tão importante quanto compreender este projeto epistemicida que pretende estruturar a ciência, é entender que o mesmo não logrou tanto êxito na medida em que houve e há resistências. Os processos de resistência ocorrem por várias vias: desde as lutas dos movimentos sociais organizados diante do Estado (como exemplos, no Brasil, temos a conquista da Lei nº 12.711/2012 que garante cotas raciais para o ensino superior, e a entrada da questão da marginalização das mulheres na ciência na agenda da política de CT&I com a criação do Programa Mulher e Ciência⁵ em 2005); até às formas de resistir cotidianas e infrapolíticas, por exemplo, ao escolhermos ler e utilizar intelectuais que não fazem parte do cânone euro-norteamericano centrado nos nossos estudos.

Para pensar a resistência ao projeto epistemicida da ciência, procuro inspiração na posição de María Lugones ao afirmar que:

Quando penso em mim mesma como uma teórica da resistência, não é porque penso na resistência como o fim ou a meta da luta política, mas sim como seu começo, sua possibilidade. [...] A resistência é a tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno. [...] Em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna (Lugones 2014:932-934).

Ao projecto epistemicida na política científica, resistimos, também, subjetivamente, intersubjetivamente por meio de uma “ética da coalizão-em-processo” (Lugones 2014). Portanto, com as reflexões e análises aqui construídas tenciono contribuir para uma coalizão-em-processo que aposta na potência da desobediência epistêmica⁶ defendida por Walter D. Mignolo (2008), também característica ineliminável dos feminismos contra-coloniais.

Sim, com os pensamentos provenientes das distintas posicionalidades das *women of color*, terceiro-mundistas, *mestizas*, indígenas, *caribeñas* e tantas outras subalternizadas temos muito o que aprender sobre crítica e resistência. As suas potentes teorias são a concretização da insurgência contra o colonialismo e a colonialidade que as tomaram violentamente como corpos não-humanos desprovidos de intelecto, como objetos e não como sujeitos do conhecimento. Neste sentido, é relevante demarcar a minha posição: uma mulher branca e cisgênera, sertaneja e pesquisadora actuante na periferia científica brasileira que tem aprendido com o pensamento destas mulheres, dos feminismos contra-coloniais. Na minha compreensão, uma postura fundamental para o posicionamento anti-racista na academia é a subversão aos cânones científicos brancos, euro-norteamericanocentrados⁷ e ocidentalizantes, ou seja, é a subversão à histórica “cumplicidade das ciências sociais com a colonialidade do poder na produção do conhecimento e nos projetos globais imperiais”(Castro-Gomez & Grosfoguel 2007:64).

Situada a posição desde a qual escrevo, é importante afirmar que numa primeira aproximação reflectir sobre a política científica diz respeito a pensar sobre as regras do jogo, sobre como se estabelecem políticas públicas que são definidoras e definitivas para a comunidade científica em vários aspectos, dentre tais: 1. determinam-se quais conhecimentos merecem ou não ser produzidos – quais são considerados científicos, quais devem ser valorizados (os que merecem recursos financeiros vultosos por atender às necessidades do mercado, por exemplo) e, em oposição, quais devem ser descredibilizados ou mesmo descartados; 2. onde devem ser produzidos – seguindo a lógica da construção de centro e periferia econômica e científica brasileira e global; 3. quem são os “gênios”⁸ eleitos para tal produção. Todavia, neste artigo não tenho como objectivo esgotar estas três discussões, mas busco por meio da posição feminista contra-colonial contribuir para um exercício epistemológico de as pensar nos marcos da matriz colonial de poder.

A eleição de “gênios”, especificamente, remete-nos a um segundo aspecto: pensar em política científica revela-nos, também, quem pode falar, quem é considerado sujeito cognoscente, quem é considerado suficientemente humano para o pensar científico. Afinal, nos marcos da modernidade colonial, a racionalidade não seria uma característica fundamental para diferenciar humanos e não-humanos (Lugones 2014)? Com esta questão revela-se, então, que pensar sobre a política científica diz respeito a pensar sobre a noção hegemônica de humanidade (a qual discutirei mais adiante), pensar sobre um aspecto importante não apenas para a formação acadêmica e científica, mas para a nossa vida em sociedade.

Nestas trilhas, ao pensar as opressões, estarei a perceber a indissociabilidade entre raça, gênero, sexualidade e classe, lançando mão da interseccionalidade como referência que “visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (Akotirene 2019:19). E, ao pensar o contexto brasileiro, estarei a partir do pressuposto de que a colonialidade do poder permanece actualizando a dominação colonial na nossa existência. Ou seja, neste texto tecerei algumas análises prévias para pensarmos sobre como a ciência brasileira é marcada pelo racismo, cisheteropatriarcado⁹ e voltada aos interesses capitalistas.

Vale reiterar a afirmação de que este escrito pode ser também traduzido como fruto de um esforço de rever, repensar e reescrever, por meio de uma base epistêmica contra-colonial, estudos anteriores que realizei com base em teorias feministas hegemônicas. Isso, naquele momento, significou o meu silêncio diante do racismo estrutural (Almeida 2019) que se faz presente, obviamente, também na ciência, nas instituições que constituem a política científica e em todas as relações que a constroem. Então, como falei num outro momento, “tenho pensado bastante em como “aprender a desaprender”, em como pôr em prática uma desobediência epistêmica em minhas pesquisas, em meus diálogos e práticas militantes” (Matias Santos 2018:8).

Política científica no Brasil: expressões da colonialidade

A política científica lembra-nos que o conhecimento científico, aquele construído como verdade e como produtor de verdades, não é uma construção asséptica. Precisamos de subverter o “truque mítico de deus de ver tudo de lugar nenhum” (Haraway 1995) que afiança a autoridade de uma ciência construída desde a visão de mundo colonial e capitalista imposta como universal, única. Neste sentido, afirma Grada Kilomba:

O conceito de conhecimento não se resume a um simples estudo apolítico da verdade, mas é sim a reprodução de relações de poder raciais e de gênero, que definem não somente o que conta como verdadeiro, bem como em quem acreditar. Algo passível de se tornar conhecimento torna-se então toda epistemologia que reflete os interesses políticos específicos de uma sociedade branca colonial e patriarcal (Kilomba 2016:4).

A promessa moderna colonial de neutralidade e objectividade científica já nasceu falida. Tal promessa nasce de uma racionalidade cuja lógica dicotômica hierarquizante central é a ‘Humano x Não-humano’ (Lugones 2014). Análogas a esta lógica tem-se as contraposições ‘Sujeito x Objeto’, ‘Cultura x Natureza’, ‘Homem x Mulher’, ‘Civilizado x Primitivo’, ‘Colonizador x Colonizado’ onde na lógica categorial ‘sujeito’, ‘cultura’, ‘homem’, ‘civilizado’,

‘colonizador’ são construídos como superiores e exteriores diante de seus pares dicotômicos, pois têm a civilização europeia como modelo de existência e o homem branco cisheterossexual burguês europeu como modelo de humano.

Assim, tomando como referência a política científica brasileira, quem é considerado humano o suficiente para fazer ciência? Quem se constitui como sujeito cognoscente? Que saberes são tomados como verdades? Como a produção de conhecimento científico pode estar articulada às opressões inerentes ao desenvolvimento capitalista?

O conhecimento, seja ele qual for, é uma construção social e carrega historicamente as marcas das condições objectivas e subjectivas da sua produção. Assim, defendo que qualquer estudo que pense ciência e/ou política científica nos países periféricos e não considere a colonialidade (e sua inerente intersecção entre raça, gênero, sexualidade e classe) será, no mínimo, desatento. Indo além, desconsiderar as opressões pode significar que alguns estudos neste campo estejam invisibilizando-as, naturalizando-as e, assim, contribuindo para a sua manutenção.

Centro branco, periferia negra e a colonialidade à brasileira

Ancorado na raça como construção mental da modernidade (Quijano 2005), o colonialismo planteou a Europa Ocidental como modelo de “civilização” e os europeus colonizadores como “sujeitos” cognoscentes, enquanto que os territórios colonizados e seus povos são construídos como “primitivos”, como “objectos” do conhecimento. Sobre esta dimensão colonial, Elísio Macamo (2013) discute o lugar da África e dos povos africanos na história das ciências sociais hegemônicas ao afirmar que:

A África tornou-se no passado do presente europeu (Fabian 1983) na medida em que se estudou a África para se entender a evolução europeia. É neste contexto que a oposição entre tradição e modernidade se torna fundadora do estudo de África (e da Europa). A ideia central era de que uma ciência positiva seria capaz de reconciliar estes opostos através do estudo de processos de transformação e mudança social. Dessa crença resultou o interesse antropológico pela natureza primitiva de formas sociais africanas – pelo menos no século XIX; o projecto colonial também revelou preocupação com a civilização dos indígenas através da sua integração numa economia monetária pelas mesmas razões; idem para a preocupação da sociologia, mais tarde, com a modernização assim como para a actual preocupação com a necessidade de se desenvolver a África. Vemos aqui a formação conceitual de África como objecto de estudo (Macamo 2013:260-261).

O que Macamo percebe em relação à África é parte de uma injustiça cognitiva global (Santos 2007), de uma geopolítica do conhecimento de

matriz colonial que compõe até aos dias actuais os alicerces das relações entre centro e periferia do capitalismo no globo (Grosfoguel 2007, 2013; Mignolo 2010). E, além de uma geopolítica, podemos falar numa economia política do conhecimento, já que as relações econômicas não estão apartadas das relações globais de produção de conhecimento científico, mas o contrário. Não é mero acaso que as teorias mais amplamente aceites, reconhecidas e consolidadas como cânones nas diversas áreas são produzidas em instituições prestigiadas situadas em países centrais. Portanto, a contraposição à lógica epistemicida que alicerça a geopolítica do conhecimento deve considerar que “é preciso sair da esfera das superestruturas e desmontar as estratégias econômicas e os mecanismos materiais que operam por trás dos discursos” (Cusicanqui 2010:65).

Defendo que pensar sobre a política científica diz respeito a reflectir sobre as configurações particulares assumidas em cada território colonizado e constituído Estado-nação periférico (Castro-Gomez & Grosfoguel 2007) inscrito na geopolítica e economia política do conhecimento no globo. Por esta via analítica entendo que a política científica e tecnológica brasileira, mesmo sendo aqui pensada como campo de disputas entre distintos projectos ético-políticos, construiu-se articulada ao processo capitalista de industrialização e urbanização, sendo marcada pelas desigualdades regionais.

Ao adoptar a noção de desigualdade regional brasileira, não parto de uma restricta compreensão geográfica das regiões, ao invés, penso os espaços regionais como construções históricas, cujos processos de desenvolvimento económico são heterogêneos e em correlação. Tais processos reflectem os modos como o colonialismo se efectivou particularmente no território, construindo um terreno histórico propício para um desigual desenvolvimento capitalista nacional de base urbano-industrial.¹⁰

Sem procurar me aprofundar na discussão sobre as desigualdades regionais no Brasil, quero chamar atenção para a histórica constituição de centro e periferia económica e científica no país, o que não diz respeito a imaginar um processo evolucionista em que o “subdesenvolvido” é tomado como o passado do desenvolvido (assim como a Europa Ocidental tomou África, conforme já argumentei em diálogo com Macamo). A lógica aqui não é a contraposição, proveniente da racionalidade dicotômica, entre primitivo e civilizado, entre arcaico e moderno, mas diz respeito a imaginar o processo de desenvolvimento nacional inscrito num padrão de poder mundial para o qual:

A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se

como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na idéia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa idéia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (Quijano 2005:117).

Então, aqui, eu considero a racialização das relações de produção como um elemento que estrutura as desigualdades regionais no país. É este argumento que proponho desenvolver neste momento do texto.

Pensando numa geopolítica e economia política do conhecimento, é imprescindível considerar que as regiões que possuem acesso à maior parte dos recursos de incentivo à pesquisa são também aquelas pioneiras na produção industrial e na consolidação do capitalismo no país. Não poderia ser diferente, tendo em vista que esta política, desde a sua origem até os dias actuais, tem também como objectivo a produção de conhecimentos para atendimento das necessidades do mercado. Considerando o CNPq, a principal agência de fomento à pesquisa no país, pode ser observada a distribuição desigual de recursos em CT&I entre as regiões brasileiras: em 2020 78,2% do financiamento de projectos de pesquisa pelo CNPq foi concedido às Regiões Sudeste e Sul; enquanto as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, juntas, receberam 21,76% dos recursos.

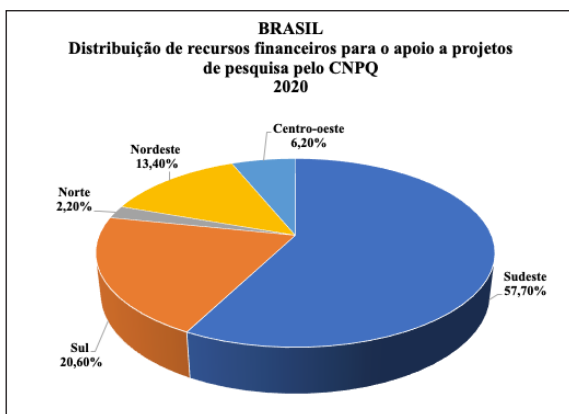


Gráfico 1

Fonte: Elaboração nossa por meio de informações extraídas do Mapa de Investimentos do CNPq

Analizando a desigual distribuição de recursos em pesquisa que caracteriza a política científica brasileira, pode-se perceber a constituição do centro e da periferia científica no Brasil, seguindo a lógica da colonialidade do poder – que vincula as esferas política e econômica à colonialidade do conhecimento. E mais: “A colonialidade do poder é atravessada por atividades e controles específicos, tais como a colonialidade do conhecimento, a colonialidade do ser, a colonialidade do ver, a colonialidade do fazer e pensar, a colonialidade do ouvir, etc..” (Mignolo 2010:12).

Conforme Quijano (1992, 2005) e Castro-Gomez & Grosfoguel (2007), a colonialidade do poder diz respeito à permanência da dominação colonial e tem como um dos seus principais alicerces a hegemonia do Estado-nação o qual garante, como processo intrínseco, que após o fim do colonialismo os países colonizados sejam construídos como periferia no capitalismo global. Assim, os países supostamente descolonizados permanecem subjugados aos interesses dos países centrais e ao imperialismo.¹¹ Daí que a compreensão do desenvolvimento capitalista dos países periféricos deva considerar os modos como a colonialidade confere especificidades nas diversas relações estruturais e conjunturais de suas histórias políticas, econômicas e culturais. Então, pensar sobre ciência e tecnologia brasileira demanda o movimento de pensar o Brasil como Estado-nação que, após findada a administração colonial, não rompeu com a matriz colonial de poder sendo construído como periferia econômica, cultural e científica no globo assim como os demais países da América Latina.¹² Este Estado-nação tem também como função a reprodução da colonialidade, sendo responsável por “ordenar”, de modo convergente aos interesses imperiais, um desenvolvimento interno desigual por meio também da consolidação de centro e periferia no interior do país.

Dialogando com mulheres cientistas que actuam na periferia brasileira, especificamente no Nordeste, pude perceber como este aspecto é definidor para a construção das suas carreiras como pesquisadoras, tal como explicitou uma cientista da Ciência Política, que actua no estado de Pernambuco, em entrevista concedida em março de 2014:

Difícil!... Bastante difícil!... Na verdade, a gente tem uma série de limitações para desenvolver ciência no Brasil. E, especificamente em Pernambuco, e especificamente como mulher, que se torna um pouco mais difícil. [...] Principalmente na área de ciência política, porque a gente está falando de uma área tradicionalmente masculina, tradicionalmente Sudeste. Então, às vezes, a gente tem pouca inserção, pouco acesso a certas discussões também por uma limitação já inicial. Mesmo que a gente tenha qualificação para fazer algumas atividades, a gente tem várias dificuldades para fazer, principalmente aqui. [...] Eu acho que a principal limitação é de infraestrutura e de recursos (Matias Santos 2016: 819).

Ainda, ser uma cientista que actua fora do centro põe em questão a validade do conhecimento produzido ou, até mesmo, a sua possibilidade de existência. Articulada à lógica da desigualdade na distribuição de recursos em CT&I constrói-se a inerente dúvida quanto às capacidades cognitivas dos sujeitos periféricos, como narra uma cientista da Física entrevistada em 2010:

Nós tínhamos uma péssima infra-estrutura, é verdade. Mas, ainda assim fazíamos ciência. Na verdade, nós temos uma grande barreira: não sermos reconhecidos e valorizados como os pesquisadores do centro econômico do país. Quando eu estava na USP [Universidade de São Paulo] eu percebi que as pessoas do Sudeste acreditam na ideia de que cearense não sabia nada de física e nem seria capaz de produzir ciência.

Desde as experiências e os pontos de vista destas cientistas com as quais dialoguei, pude perceber que a lógica centro x periferia articula-se a outro aspecto fundamental da colonialidade do poder: o euro-norteamericanocentrismo. Destas cientistas, aquelas que consolidaram suas carreiras e são reconhecidas nas suas áreas, tiveram uma formação acadêmica realizada em instituições situadas no Sudeste do país ou em países centrais e, também, tomam como referência teorias cuja base epistêmica é hegemônica. Como afirmou uma cientista que actua na Sociologia, entrevistada em 2014: “Quando nós queremos ser reconhecidas, nós dialogamos com os franceses, com os EUA ou com o Sudeste do Brasil”.

Na forma como o productivismo capitalista permeia os modos pelos quais a ciência pode ser e é produzida, mesmo fora do centro, revela-se outra questão importante para pensarmos sobre como a política científica no Brasil é reproduzida e reproduz a colonialidade. Pelas histórias de formação acadêmica das cientistas periféricas

[...] é perceptível que o fato de terem realizado os seus estudos na região Sudeste [...] imprimiu em suas performances o acento na produtividade, tão mais evidente neste lugar específico do campo científico nacional. Também foi com a experiência de estudos e pesquisas em universidades estrangeiras que a lógica produtivista foi incorporada em seus habitus científicos (Matias Santos 2012a:233).

Explicitados estes primeiros aspectos que caracterizam a política científica brasileira, passo agora a um outro e um dos fundamentais aspectos que desenham centro e periferia científica – a racialização. A periferia científica brasileira é composta pelas regiões cuja população é predominantemente negra: Norte, Nordeste e Centro-Oeste são construídos por 80,9%, 75,4% e 63,8% de pessoas pretas e pardas, respectivamente (IBGE 2020). Por sua vez, o centro científico é composto pelas regiões Sul e Sudeste, as únicas com uma população predominantemente branca: 74,7% e 50,5% (IBGE 2020).¹³

Dialogando com Quijano (1992, 2005), a racialização das relações sociais e as indissociáveis formas racializadas das relações de produção é um outro aspecto que alicerça a colonialidade. “Assim, por estes alicerces, o empreendimento colonial permanece vivo, concretizando-se como colonialidade do poder, do saber e do ser” (Matias Santos 2018:4). Isso pode ser percebido na história econômica e política brasileira e, como reflexo, na política científica.

Os territórios construídos como centro da pesquisa científica e tecnológica são justamente aqueles cuja imigração de europeus foi mais intensa. A política migratória, constituindo-se como política de branqueamento no Brasil, tem como marco legal importante o Decreto N. 528 de 1890,¹⁴ o qual determinava ser

inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas (Art. 1º).

Maria Aparecida Bento (2002:32) afirma que “o período em que a teoria do branqueamento ganha força coincide com o período do início da industrialização no Brasil”. Então, a política migratória racista deve ser compreendida como parte do desenvolvimento urbano-industrial racializado, especialmente nas Regiões Sudeste e Sul, como nos auxilia a desvendar Lilia Schwarcz (2007). A compreensão da relação entre política migratória e branqueamento é complexa e deve considerar a permanência lógica colonial de racialização das relações de produção, para a qual o trabalho assalariado foi vinculado aos brancos europeus, enquanto o trabalho não-assalariado, servil e escravo, foi imposto às pessoas indígenas e negras (Quijano 2005).

Na medida em que consideramos os idos das décadas de 1930 e 1940, com Getúlio Vargas abertamente simpatizante das ideias eugenistas, o governo assume uma postura ambígua: por um lado, Vargas adota uma política migratória racista e antisemita; por outro, era intolerante com racismos contra grupos étnicos dentro do país. Esta última, uma postura aparentemente anti-racista, devia-se à política internacional que também costurava este denso tecido que se mostrava a política de branqueamento no país.

Esse cuidado também se devia à manutenção de uma boa imagem internacional, para agradar, em especial, os EUA, cuja política racial para os outros não refletia a sua realidade interna. “Ser acusado de racista ativo, nas décadas de 1930 e 1940, colocava qualquer nação, diplomata ou intelectual, em posição constrangedora de alinhamento com a política de exclusão da Alemanha nazista”, explica a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, da Universidade de São Paulo (USP) (Haag 2012:82-83).

No fim das contas, mesmo neste momento de “cuidado” com a imagem internacional do Brasil, o “estrangeiro ideal era branco, católico e apolítico” (Haag 2012:81). No seio destas construções, contraditoriamente, emerge um discurso a partir da década de 1930 que passa a enaltecer a mestiçagem, mas isso apenas ocorre devido à ideia de que seria por meio da miscigenação que se daria o completo branqueamento da população. “O Estado Novo não queria reproduzir o racismo, então muito em voga nos EUA e na Europa. A segregação deveria ser evitada a qualquer custo, pois dificultaria a miscigenação, força-motriz do ‘branqueamento’” (Haag 2012:82).

No campo científico havia uma intensa produção no Brasil por intelectuais brasileiros ou estrangeiros sobre a questão da mestiçagem e da miscigenação, assim como nos demais países colonizados dos continentes africano, asiático e americano. Destaca-se nesta produção o papel estratégico que a Antropologia Física teve na tarefa de fornecer informações científicas sobre os diferentes povos às nações colonialistas e imperialistas.

[...] muitos foram os antropólogos que viajaram para as colônias com o objetivo de coletar dados antropométricos e identificar as variações ou os padrões anatômicos e fisiológicos dos diferentes ‘tipos raciais’, especialmente aqueles de formação mestiça. Havia, por parte das nações imperialistas, um interesse em conhecer de perto a formação, o desenvolvimento e as características das populações coloniais desde meados do século XIX. Por meio do conhecimento gerado pela ciência, o objetivo dos administradores era melhor conhecer estas populações, o que facilitaria submetê-las aos interesses políticos e econômicos dos colonizadores (Souza & Santos 2012:750).

No Brasil destaca-se João Baptista de Lacerda, médico que dirigiu a seção de antropologia no Museu Nacional, o qual com base nos dados coletados pelo antropólogo Roquette-Pinto, escreveu uma tese sobre o embranquecimento da população brasileira. Pensando sobre a miscigenação do povo brasileiro, afirmou num escrito de 1912 que “o cruzamento racial tenderia a fazer com que negros e mestiços desaparecessem do território brasileiro em menos de um século, ou seja, antes mesmo do final do século XX, possibilitando o branqueamento da população” (Souza & Santos 2012:754).

Isso se daria por três motivos: primeiro, haveria uma “selecção sexual” onde os mestiços buscariam parceiros que pudessem conferir aos seus descendentes a branquitude; segundo, pela crescente imigração de europeus brancos consolidada pela política migratória racista; e terceiro, pelos “problemas sociais, e o abandono que os negros foram obrigados a enfrentar desde a abolição, traziam a perspectiva futura de uma nação inteiramente branca” (Souza & Santos 2012:754). Esta tese não foi muito bem recebida pela classe dominante branca já que se considerava 100 anos muito tempo para a conclusão do processo de branqueamento do povo brasileiro.

O que está subjacente à tese¹⁵ de Lacerda é a concepção de supremacia branca, tanto que o branqueamento viria também de uma espécie de “selecção natural”. Entretanto, é importante perceber que tais estudos foram financiados pelo governo de Hermes da Fonseca, sobrinho de Deodoro que assinou o decreto Nº 528 de 1890 já mencionado. O próprio lugar de destaque que Lacerda ocupou no Museu Nacional é proveniente de uma indicação ministerial do governo.

O que podemos perceber, então, é que historicamente a produção de conhecimento científico sendo institucionalizada é determinada pelas diretrizes políticas dos diversos governos. Os modos como tais governos se relacionam com os interesses das classes dominantes ou com as lutas populares vai compor a ciência brasileira. Logo, diante de tudo o que foi exposto até este ponto, não posso deixar de afirmar que a política científica acompanha um processo racializado e racista de consolidação do capitalismo no país.

Olhar para a história e compreender a política científica brasileira

Carregando as marcas da política de branqueamento e do racismo científico¹⁶ institucionaliza-se a política de CT&I no Brasil na década de 1950, a partir da criação do Conselho Nacional de Pesquisa, hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. As origens do CNPq estiveram estreitamente vinculadas ao pós Segunda Guerra Mundial, à força militar, tendo sido proposta já em 1946 pelo Almirante do exército, Álvaro Alberto da Motta, representante brasileiro na Comissão de Energia Atômica do Conselho de Segurança da ONU, que se tornou o primeiro presidente da instituição. O Brasil e outros países periféricos, em termos governamentais, “somente após a Segunda Guerra Mundial, com os significativos avanços da tecnologia aérea, bélica e farmacêutica, [...] perceberam a importância da pesquisa científica e tecnológica, principalmente no que se refere à energia nuclear” (Matias Santos 2012b:123).

O CNPq foi pioneiro na institucionalização da política científica e tecnológica nacional e até aos dias actuais compõe o seu sistema decisório.¹⁷ Embora hoje as mulheres sejam maioria das matrículas no ensino superior e tenham consolidado as suas carreiras científicas nas diversas áreas do conhecimento, “historicamente, as principais instituições deliberativas e de fomento no Brasil representam lugares “feitos por homens e para homens [brancos]” (Matias Santos 2016:813). Não esqueço quando, em meados dos anos 2000, estava a desenvolver pesquisa sobre a participação de mulheres na política de CT&I e, em conversa informal com um pesquisador que então era membro do Conselho Deliberativo do CNPq, questionei sobre a

participação de mulheres. A sua resposta foi: “O que exatamente você quer entender? O Conselho é macho! Você precisa elaborar melhor sua pesquisa por que essa é uma realidade já conhecida por todos nós”.

Aquela afirmação do então conselheiro do CNPq, ao utilizar o termo “macho” parecia constatar a hegemonia não apenas “do homem” mas de uma masculinidade cisheterossexual. Isso impulsionou a minha busca por mapear a participação das mulheres nas instituições responsáveis pela concepção e implementação da política. Pude constatar que na política científica brasileira quanto mais elevadas hierarquicamente as instituições (e, nestas, as comissões, os conselhos, os cargos) menor a participação das mulheres. No CNPq ao longo de mais de meio século de história, nenhuma mulher foi nomeada titular da presidência.

Além da frequente naturalização da ausência de mulheres nos postos decisórios da política científica, vale considerar que, aquando da criação do CNPq, observa-se a discriminação de gênero no financiamento à pesquisa na medida em que no Brasil o investimento inicial em determinadas áreas de conhecimento marginalizou ou até excluiu as mulheres, visto que a actuação destas na ciência se deu e ainda se dá por meio de uma divisão sexual das áreas do conhecimento.

No primeiro momento receberam prioridade as pesquisas em Física, considerada área estratégica aos interesses emergidos no pós-guerra. Esta sendo uma área tradicionalmente “masculinizada” possibilitou já num momento inicial, dentre outras coisas, a construção de uma cultura cisheteropatriarcal no campo científico nacional, ao passo que as mulheres estavam marginalizadas ou ausentes nestes espaços. E, considerando o racismo estrutural (Almeida 2019) alicerçante na sociedade brasileira e na política científica, precisamos de falar de um campo científico historicamente construído sobre a lógica supremacista branca, voltado aos interesses das elites econômicas, do mercado.

Vimos que as instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social. Desse modo, se é possível falar de um racismo institucional, significa que a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista (Almeida 2019:32).



Figura 1: Primeira reunião do CNPq, 1951

Fonte: CNPq – Centro de Memória. <http://centrodememoria.cnpq.br/primeira-reuniao.html>

Na figura 1 podemos perceber que a ideia de que cientistas são homens brancos vinculados às ciências biomédicas, engenharias, ou às ditas ciências exatas corresponde ao retrato de como o modelo de humano da modernidade colonial alicerçou e alicerça o processo de institucionalização da Política de CT&I no Brasil. Alguns destes homens presentes na primeira reunião do CNPq eram militares, outros eram engenheiros, físicos, químicos, médicos. Também estiveram presentes representantes ministeriais e do sector industrial.¹⁸

Mais de meio século desde o momento em que esta imagem foi capturada e uma questão emerge como necessária: O que mudou? Tenho percebido pequenas mudanças e movimentos de avanços e retrocessos nas lutas contra as opressões neste campo. Ainda hoje a hegemonia daquela elite da pesquisa brasileira mantém-se: quando olhamos para quem é bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ)¹⁹ do CNPq em 2014 os homens são 64% enquanto as mulheres representam 36% desta elite. Ainda olhando para os níveis hierárquicos das bolsas PQ as mulheres são ainda mais marginalizadas: apenas 24% entre bolsistas 1A em contraposição a um percentual de 76% de homens (Programa Mulher e Ciência 2015).²⁰

No momento da escrita destas reflexões os dados sobre a discriminação de gênero entre pesquisadores PQ estão desatualizados no *site* do CNPq.

Todavia, mais grave é percebermos a total ausência de dados sobre a presença de pessoas negras, indígenas. Não devo deixar de dizer que há pouco mais de uma década, alicerçada em teorias canônicas nas ciências sociais, eu sentia que os meus estudos eram contemplados pelas estatísticas desagregadas por sexo, já que fui formada por teorias que me diziam: “Não se pode pesquisar tudo de uma vez! Delimitar o objeto de pesquisa é necessário! Seu foco é gênero e não raça!”.

Acreditei nisso até que o aprofundamento nas teorias feministas, inicialmente as hegemônicas, mostraram-me o contrário. Meu alicerce epistemológico moderno/colonial me isentava de maiores preocupações com o racismo naquele momento, afinal, mesmo estudando gênero, meus estudos buscavam objectividade. Aquela mesma objectividade denunciada por Donna Haraway (1995) ao serviço de ordenações hierárquicas do conhecimento. Uma objectividade que partindo de uma visão branca, masculina, eurocentrada, ocidentalizante e capitalista me foi apresentada como universal, asséptica, a única possível no método científico. E assim segui durante muitos anos, buscando legitimar os meus estudos citando os reconhecidos, os consagrados, colocando-me como sujeito do conhecimento cujo objecto era a mulher na ciência. Hoje, consigo, finalmente, entender o que Haraway quis dizer quando escreveu:

A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. Esta é uma visão objetiva que abre, e não fecha, a questão da responsabilidade pela geração de todas as práticas visuais. A perspectiva parcial pode ser responsabilizada tanto pelas suas promessas quanto por seus monstros destrutivos. Todas as narrativas culturais ocidentais a respeito da objectividade são alegorias das ideologias das relações sobre o que chamamos de corpo e mente, sobre distância e responsabilidade, embutidas na questão da ciência para o feminismo. A objectividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver (Haraway 1995:21).

Na dicotomia mente x corpo, aludida por Haraway, análoga à dicotomia central da modernidade colonial humano x não-humano, a mente (humanidade, sujeito do conhecimento) é historicamente construída como branca, já o corpo (não-humanidade, objecto do conhecimento) é não-branca. Isso se articula na lógica capitalista de antagonismo entre trabalho intelectual e manual, entre os que acumulam e os que produzem para outros acumularem. Não é à toa que Quijano (2005) identifica a racialização das relações de produção como um dos alicerces da colonialidade.

Sendo a política científica brasileira construída organicamente vinculada aos processos de desenvolvimento capitalista de um país periférico, como imaginá-la sem as marcas coloniais onde uns são sujeitos e outros são objectos do conhecimento? Quem é mente e quem é corpo nas relações de produção científica? Quem acessa recursos de fomento à pesquisa e quem tem maiores dificuldades neste acesso? Quem reúne condições e é percebido como alguém que pode ser reconhecido, consagrado e até tornar-se produtor de um saber canonizado? Estas são questões amplas, mas imprescindíveis à afirmação de uma posição feminista contra-colonial no estudo sobre política científica.

Por meio da minha formação inicial marxista e feminista materialista, entendia que era imprescindível situar os meus estudos sobre gênero nos marcos do modo de produção capitalista, portanto as análises sobre classe faziam-se presentes nas minhas reflexões, o que já representava um caminho para uma consistência crítica. Contudo, somente com os feminismos contra-coloniais, especialmente os feminismos negros e decoloniais, pude perceber que não apenas seria possível construir estudos que considerassem gênero, raça e classe, mas que seria um equívoco não fazê-lo. Ora, se na realidade social as opressões e exploração são indissociáveis, como um estudo científico posicionado contra as opressões e exploração pode ser silencioso a respeito do racismo?

Diante desta questão dei-me conta de que nunca havia obtido acesso a dados oficiais do CNPq sobre a participação de pessoas negras e indígenas na pesquisa científica e tecnológica brasileira até que encontrei, por meio de um site de buscas, um documento intitulado “Análise sobre a participação de negras e negros no sistema científico” (Tavares, Braga & Lima 2015) o qual está hospedado na página do CNPq,²¹ mas que não está localizado junto às demais estatísticas. Tal documento revela o retrato do racismo no sistema científico no Brasil:

As bolsas no País totalizaram 91.103, em janeiro de 2015. A participação de bolsistas brancos é muito significativa, cerca de 58%. Os/as bolsistas negros/as são aproximadamente um quarto do total de bolsistas (26%). O percentual de amarelos e de indígenas é bem pequeno, sendo que a porcentagem de indígenas não atinge 1% . Cabe destacar que aqueles que não desejam declarar sua cor/raça representam quase 11% do total (9.918) (Tavares, Braga & Lima 2015:2).

De acordo com os dados acima, o racismo faz-se presente na política de distribuição de bolsas de formação acadêmica no país, sem sombra de dúvidas. Esta discriminação²² é concretizada, por um lado, como reflexo

do tipo de acesso que negros e negras e indígenas têm à educação básica e superior, o que se relaciona ao lugar que estes sujeitos ocupam nas relações de produção, a sua pertença às classes exploradas e pauperizadas. Por outro lado, o sistema meritocrático hegemônico na política científica vem aprofundar a discriminação racial no acesso às bolsas de formação acadêmica, em todos os níveis – daí revela-se a importância das políticas afirmativas por meio das cotas para as populações negra e indígena.

Considerando as bolsas no exterior, a predominância branca é ainda mais acentuada (64,8%), a participação de pessoas negras é ainda menor: 18,8%. Quanto às autodeclaradas indígenas, é ainda mais grave – não atingem 1% dos bolsistas. O que significa pensar que negros e indígenas têm acesso reduzido às bolsas que proporcionam formação acadêmica no exterior? Conforme afirmam as autoras Isabel Tavares, Maria Lúcia Braga e Betina Lima, “A pouca representatividade da população negra nessas modalidades pode ser explicada, em parte, pela dificuldade de domínio de um segundo idioma” (2015:5) devido ao acesso desigual à educação básica.

Penso que um outro aspecto merece atenção. Se aqueles que possuem formação acadêmica em países centrais (e têm acesso directo às teorias cuja base epistêmica é euro-norteamericanocentrada) são os mesmos que têm maiores possibilidades de reconhecimento e consagração em suas áreas do conhecimento, quais são as implicações de uma maioria absoluta de brancos acessarem estas bolsas para estudar no exterior? A consequência é a manutenção dos cânones brancos na ciência produzida no país.

Mais acentuada é a discriminação racial e de gênero quando são consideradas as bolsas PQ, acessadas pela elite da pesquisa nacional. Sem considerar raça, conforme já explicitado anteriormente, as mulheres não chegam a atingir 30% entre bolsistas 1A, o que já revela uma política de fomento à pesquisa discriminatória. Ao considerarmos que as opressões se interseccionam, percebemos que os processos discriminatórios são ainda mais complexos.

Considerando os homens que obtiveram acesso às bolsas PQ 1A, temos uma predominância de brancos (93,3%) enquanto que os negros (pretos, 0,6% e pardos 3,6%) representam 4,2%. Do mesmo modo como ocorre nas demais categorias de bolsas concedidas pelo CNPq, a quase ausência indígena é notória. Estes dados podem ser observados a seguir no Gráfico 2.

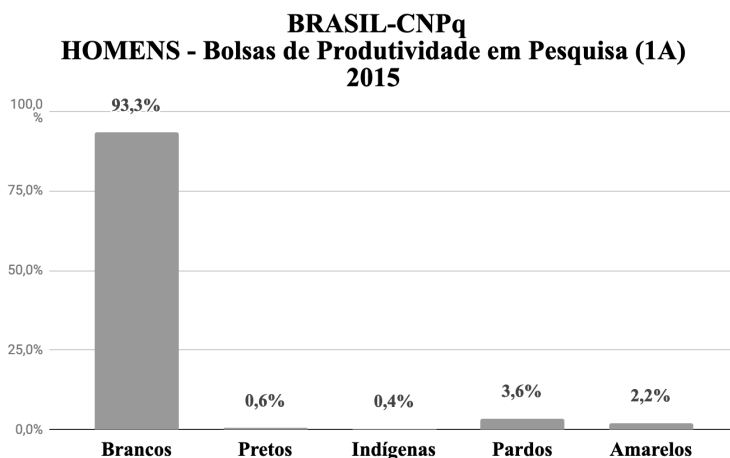


Gráfico 2

Fonte: Elaboração nossa com base nos dados fornecidos pelo documento “Análise sobre a participação de negras e negros no sistema científico” (Tavares, Braga & Lima 2015).

Estes dados, que retratam o racismo que estrutura a elite de homens pesquisadores, fez-me lembrar a discussão que Bell Hooks constrói sobre a escolarização de homens negros tendo como referência a sua experiência em comunidades negras nos Estados Unidos. Mesmo se referindo a uma sociedade em que o racismo e as lutas anti-racistas se expressam de um modo distinto, penso que as suas reflexões são fecundas para ilustrar o lugar dos homens negros na produção de conhecimento no Brasil.

Mais do qualquer outro grupo de homens em nossa sociedade, os homens negros são muitas vezes concebidos como sujeitos desprovidos de habilidades intelectuais. Sob a visão estereotipada do racismo e do sexismo que os veem como mais corpo do que mente, homens negros estão propensos a serem recebidos pela sociedade da supremacia branca capitalista, imperialista e patriarcal, como sujeitos que parecem ser idiotas ou, como nós que crescemos nos anos 1950 costumávamos dizer, pessoas lentas (isto é, pouco inteligentes). Na infância, era óbvio para todos em nosso bairro negro que, quando um homem negro pensava demais, ele passaria a ser visto como uma ameaça pelo mundo racista. Não havia correlação entre a habilidade de uma pessoa para pensar, para processar ideias e nível de escolaridade. Homens negros bem educados tinham aprendido a atuar como incultos, iletrados e ignorantes em um mundo onde um negro inteligente corria o risco de ser punido (Hooks 2015:678).

Considerando, assim como Bell Hooks, a indissociabilidade entre racismo e sexismo, podemos perceber que mais profundas são as marcas da discriminação quando observamos a concessão de bolsas PQ 1A para mulheres. No gráfico 3 podemos observar que a predominância branca é ainda mais elevada: 95,4%. Igualmente às outras categorias, as mulheres indígenas não atingem 1%, sendo o seu percentual de participação nesta categoria de bolsa ainda mais baixa: 0,3%. As mulheres negras totalizam o percentual de 2,2%, mas algo merece destaque: nenhuma bolsista 1A se autodeclarou preta.

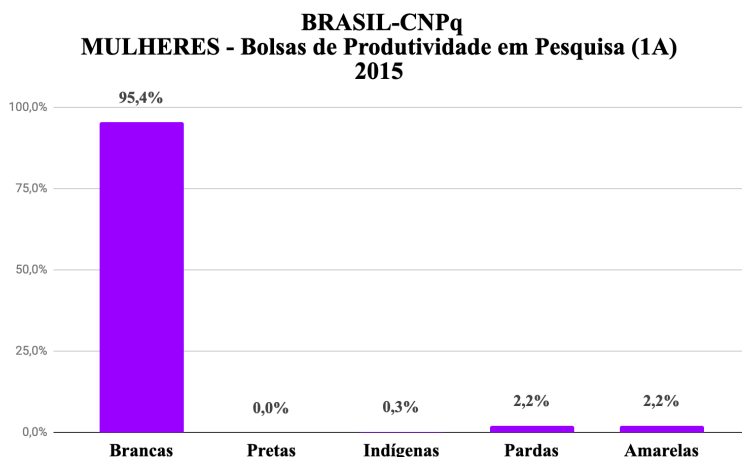


Gráfico 3

Fonte: Elaboração nossa com base nos dados fornecidos pelo documento “Análise sobre a participação de negras e negros no sistema científico” (Tavares, Braga & Lima, 2015).

Estes dados, por se referirem aos sujeitos que compõem a elite da pesquisa científica nacional, são estratégicos para a construção de análises, parciais e situadas, sobre como o racismo e o sexismo alicerçam a ciência produzida no Brasil. Entretanto, são inexistentes dados oficiais sobre a participação de pessoas transexuais, travestis, não-binárias ou relativos à orientação sexual.²³

Lembro-me quando em 2006 participei do 1o. Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências²⁴ realizado em Brasília-DF e lá se discutiam as demandas que iríamos encaminhar ao então Ministério da Ciência e Tecnologia e ao CNPq. Uma das questões, ponto que gerou disputas acirradas, era se no currículo lattes deveria ser incluído um campo onde pesquisadoras e pesquisadores pudessem identificar sua orientação sexual. Lembro-me que algumas feministas afirmavam que era desnecessário, visto que esta seria uma

questão de “foro íntimo”. Outras, por causa da sua vinculação aos movimentos de lésbicas e bissexuais, afirmavam ser importante a inserção deste campo no currículo para romper com a invisibilidade de mulheres lésbicas e bissexuais na política científica. No final da discussão a decisão por voto foi a não inclusão, mas foi encaminhada a recomendação ao CNPq de divulgação de estatísticas sobre a participação de mulheres nas ciências, até então não disponibilizadas.

Mesmo havendo garantias de que a informação sobre a orientação sexual nos currículos ficaria na posse apenas do CNPq para fins de elaboração estatística e não seria divulgada publicamente, a maioria decidiu que esta não seria uma questão relevante. Hoje penso sobre os porquês de esta ter sido a decisão e percebo que, por ser um encontro que reunia principalmente líderes de grupos de pesquisa em gênero e feminismos, a maioria das mulheres que ali estavam já possuíam uma carreira consolidada e tinham práticas e discursos feministas que não dialogavam com o movimento LGBTQIA+. Lembro-me que poucas mulheres se autodeclararam lésbicas e/ou bissexuais durante os debates.

Quando iniciei os meus estudos sobre política científica no Brasil, nos anos 2000, tendo como preocupação a participação de mulheres na ciência, não havia sequer a disponibilização de estatísticas sobre a participação feminina na pesquisa científica. E, ainda hoje, as principais agências de financiamento à pesquisa científica não disponibilizam sistemática e periodicamente informações sobre a participação de pessoas negras e indígenas na produção de conhecimento. O maior silêncio, no entanto, se dá em relação a informações sobre orientação sexual de pesquisadores e pesquisadoras e a participação de pessoas não cisgêneras e não binárias na pesquisa científica e tecnológica.

Questiono-me: O silêncio em relação a tais informações revela a falta de compromisso político com o enfrentamento do supremacismo branco e cisheteropatriarcal na ciência? Ou revela, sobretudo, a intenção calculada de manutenção do privilégio, sob ares de meritocracia, da elite masculina cisheterossexual e branca?

Notas insurgentes de uma reflexão inconclusa

Entendo que a constituição histórica de uma elite científica branca e masculina traz profundas marcas ao conjunto dos conhecimentos produzidos nas diversas áreas da ciência e tecnologia e deve ser compreendida como um dos aspectos que compõe os modos específicos de como a colonialidade do poder, do saber e do ser se expressa no Brasil. Sobre isso gostaria de, num esforço de concluir a escrita acerca de um esforço analítico apenas iniciado, tentar construir algumas notas.

1- Primeira nota: É um equívoco entender a colonialidade do saber apartada da colonialidade do poder e, mais que isso, tomar a colonialidade do poder sem entendê-la como aspecto ineliminável dos processos de desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos.

Tem sido necessário o esforço de pensar ciência considerando a geopolítica do conhecimento, situando os processos de produção de conhecimento nos legados da modernidade colonial. Nesta seara é imprescindível compreender que há uma economia política do conhecimento. Não é à toa que as formas epistemicidas onde se ancoram os cânones científicos e acadêmicos são construções inerentes a um projeto de política científica e tecnológica que também atende às demandas do mercado. Isso no Brasil pode ser constatado no facto de o sistema científico e tecnológico ter sido, política e economicamente, desenvolvido pelo Estado vinculado organicamente ao desenvolvimento urbano-industrial.

2- Segunda nota: É um equívoco olhar para os processos subjectivos e intersubjectivos desarticulados das análises estruturais ou vice-versa.

O racismo e o cisheterossexismo no nosso cotidiano acadêmico expressam-se desde a presença predominante de pessoas brancas, cisgêneras e heterossexuais nos níveis hierárquicos mais elevados da pesquisa científica e gestão acadêmica e universitária, até à eleição das teorias e teóricos que lemos e utilizamos para alicerçar os nossos estudos e práticas profissionais.

Os nossos processos cognitivos subjectivos são mediados pelas nossas experiências sociais e estão inscritos no modo como a política científica é elaborada e implementada por um Estado cujo papel, na colonialidade, é assegurar a reprodução capitalista. O que isso de fato significa? Significa que os múltiplos sistemas de dominação que configuram a natureza interseccional das opressões compõem a ciência. Significa que a presença de pessoas pobres, negras, indígenas, transexuais, travestis, não-binárias, lésbicas, bissexuais, intersexos (dentre outras cujas existências são não humanas para a modernidade colonial) nas instituições de ensino e pesquisa é, em si, fruto da resistência histórica das lutas sociais.

Sabe-se que, não necessariamente pessoas oprimidas e exploradas se posicionam “automaticamente” contra as opressões e exploração, mas se os loci de produção da ciência são construídos como não lugares para estes sujeitos e seus conhecimentos, mais improvável será a construção de resistência ao modelo hegemônico sem as suas presenças, seus pensamentos e ações. E mais: a contraposição à colonialidade não é uma tarefa apenas destas pessoas – pessoas brancas e cisheterossexuais podem (e devem) se posicionar contra o racismo e o cisheteropatriarcado na política científica. O que é necessário saber é: Como nos posicionamos? O silêncio também é resposta.

O tensionamento das estruturas de opressão e exploração que dão forma à política científica será possibilitado também por uma postura epistêmica insubmissa individual (desde que não individualizante e que possa ser colectivizada) “que não deixe de ser desleal ao cânone acadêmico”, como nos propõe Jota Mombaça (2016: 344). Não há contraposição à colonialidade sem a luta contra as opressões, e o modo como esta luta necessita de ser articulada na política científica não deve ser restricto aos caminhos e modos académicos ocidentalizantes. Afinal, como nos ensinou Audre Lorde: “as ferramentas do opressor nunca vão derrubar a casa grande” (1976). Cabe questionar: O que nós na academia deixamos de aprender sobre o mundo quando desconsideramos ou desvalorizamos os saberes provenientes das experiências de resistência não académicas?

Penso que o feminismo decolonial por María Lugones nos dá importantes dicas neste sentido quando ela pensa, especificamente, a respeito da colonialidade do gênero e da necessidade de descolonizá-lo:

Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social. Como tal, a descolonização do gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão. Em grande medida, tem que estar de acordo com as subjetividades e intersubjetividades que parcialmente constroem e são construídas “pela situação” (2014:940, grifos nossos).

A subversão da lógica dicotômica moderna colonial ação x estrutura, indivíduo x sociedade, tão presente nas disputas teóricas das ciências sociais, é o caminho para a construção da resistência no campo científico. Não haverá transformações estruturais profundas sem as práticas de resistência subjectivas e intersubjectivas. Cada sujeito insubmisso e suas práticas importam: “marco aqui o interesse em uma ética de coalizão-em-processo em termos de ser-sendo e ser-sendo em-relação, a qual estende e entretece sua base povoada” (Lugones 2014:949).

3- Terceira nota: As opressões nos estudos sobre política de produção de conhecimento necessitam de ser compreendidas como um complexo sistema.

Pelas informações aqui explicitadas pode-se enxergar um retracto da política científica no Brasil que privilegia o ângulo da interseccionalidade entre raça, gênero e classe como “sistema de opressão interligado” inerente ao legado colonial, ao capitalismo. Aqui, em diálogo com Carla Akotirene (2019:36), penso que “a interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica”.

Esta defesa de “igualdade analítica” entre opressões e exploração não significa a defesa de que as opressões existem e se expressam do mesmo modo, em todos os lugares, com os mesmos pesos em todos os momentos da vida em sociedade e para todos os indivíduos. Ao contrário, refere-se a uma postura que nos permita compreender que as opressões e exploração e suas intersecções compõem a estrutura da vida social e na complexidade das relações sociais irão se expressar de modos diversos, por vezes, contraditórios.

Por exemplo, é verdade que a racialização permeia a vida social de modo amplo em países periféricos, para os povos colonizados. Todavia, o racismo apenas pesa sobre os corpos racializados como “de cor” e as expressões do racismo serão diversas: como exemplo, sabemos que o modo como um homem cisgênero negro sofre o racismo é diferente de como uma travesti negra o vivencia cotidianamente.

Outra dimensão a ser considerada na busca do entendimento de como as opressões, a exploração e suas intersecções estruturam a vida social: é imprescindível o esforço de as situar. Por exemplo, quando morei no ano 2019 em Cape Town, África do Sul, imaginei que, como no Brasil, seria uma mulher branca. Todavia, lá em muitos contextos fui classificada como não-branca, como “coloured”, ou seja, mestiça – lá eu não era suficientemente branca para a política supremacista branca imposta pelo sistema do *apartheid*.

Abro aqui um adendo: esta experiência, no entanto, não me torna não-branca em todos os lugares. Permaneço sendo um corpo branco no Nordeste do Brasil, que não é alvo do racismo. E, como afirma Grada Kilomba (2016), se a branquitude permanece não marcada pois é entendida como sinônimo de humanidade, penso que é indispensável para a minha posição anti-racista, marcar-me como branca numa sociedade brasileira em que apenas os corpos não brancos são marcados racialmente.

Vale reiterar neste escrito que temos também no Brasil uma formação científica alicerçada no epistemicídio. Uma formação em que nos treinam para citar e referenciar cânones científicos que são expressão de uma colonialidade alicerçada na “complexidade das hierarquias de gênero, raça, classe, sexualidade, conhecimento e espiritualidade dentro dos processos geopolíticos, geoculturais e geoeconômicos do sistema-mundo”, como afirmam Santiago Castro-Gómez & Ramón Grosfoguel (2007:17).

4- Quarta nota: Na postura contra-colonial precisamos de romper a lógica da “soberba acadêmica” e sermos de facto capazes de aprender como resistir com quem historicamente resiste. Isso não implica tomar as pessoas que resistem como objectos de estudo, mas sim aprender com os conhecimentos provenientes de suas existências e resistências.

Diante das especificidades dos modos pelos quais a colonialidade se expressa na política científica brasileira não me parece suficiente constatar um retrato de uma realidade onde o capitalismo racista cisheteropatriarcal domina absolutamente a produção de ciência e tecnologia. Durante a minha trajetória tenho procurado denunciar e entender, sob diversos ângulos, como as opressões se fazem presentes neste campo. Entendo que enquanto tais opressões se fizerem presentes na vida em sociedade é nosso dever ético-político e teórico denunciá-las, analisá-las. Mas, ao mesmo tempo, tenho percebido cada vez mais a urgência de ouvir as vozes dissonantes (aquelas historicamente silenciadas), atentar-me às práticas insubmissas e aos caminhos resistentes e transformadores possíveis.

Concordo aqui com Patricia Hill Collins (2016:107) quando afirma que “os indivíduos que são afetados por múltiplos sistemas de dominação irão desenvolver uma visão mais nítida na natureza interligada da opressão”. Isso tem sido bem ilustrado pelas feministas negras lésbicas a exemplo de Audre Lorde, já referenciada anteriormente.

Posicionar-se como contra-colonial exige que nos voltemos para os conhecimentos produzidos pelos e pelas *outsiders within* dentro e fora da academia, como nos ensina Patricia Hill Collins (2016). Nas análises sobre política científica precisamos de empreender um esforço de aprender com os conhecimentos produzidos pelas pessoas que estão na academia a despeito de esta ter sido construída como um não-lugar para as suas presenças, seus pensamentos. E mais: aprender com os conhecimentos produzidos por *outsiders within* significa acessar conhecimentos diversos, heterogêneos e, muitas vezes em disputa, já que as experiências e visões de mundo destes sujeitos não são homogêneas, mas múltiplas.

A minha posição é a defesa de que necessitamos de nos comprometer com a tarefa que María Lugones propõe ao feminismo decolonial:

O que estou propondo ao trabalhar rumo a um feminismo descolonial é, como pessoas que resistem à colonialidade do gênero na diferença colonial, aprendermos umas sobre as outras sem necessariamente termos acesso privilegiado aos mundos de sentidos dos quais surge a resistência à colonialidade. Ou seja, a tarefa da feminista descolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la. Ao vê-la, ela vê o mundo renovado e então exige de si mesma largar seu encantamento com “mulher”, o universal, para começar a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial. A leitura move-se contra a análise sociocientífica objetificada, visando, ao invés, compreender sujeitos e enfatizar a subjetividade ativa na medida em que busca o lócus fraturado que resiste à colonialidade do gênero no ponto de partida

da coalizão. Ao pensar o ponto de partida desde a coalizão, porque o lócus fraturado é comum a todos/as, é nas histórias de resistência na diferença colonial onde devemos residir, aprendendo umas sobre as outras (2014:948).

Aqui tomo esta defesa de Lugones como sendo também própria dos feminismos contra-coloniais na sua diversidade: perseguir, perceber e aprender com os processos de resistência e as pessoas que resistem. E, nas relações opressão resistência que nossos saberes não sejam meramente retóricos, mas que signifiquem acção de/para resistência. Este é o caminho para a insurgência e transformação na política científica não apenas no Brasil, mas em qualquer uma situada nos marcos da colonialidade do poder, do saber e do ser.

Quem pode ser considerado humano o suficiente para fazer ciência? Se neste escrito as minhas reflexões sobre a política científica brasileira permitirem a quem o leu ensaiar algumas possíveis respostas, ou mesmo construir outros questionamentos por estes caminhos, atingi meu objetivo: usar meu lugar privilegiado de quem poderá, de algum modo, ser lida e escutada para contribuir, mesmo que minimamente, para a resistência à lógica científica desumanizadora, silenciadora e produtora de inexistências.

Notas

1. Destaco os estudos realizados durante a minha formação acadêmica: para a dissertação de mestrado “Ruptura dos códigos de gênero ou mecanismos sutis de discriminação? Mulheres e homens na política de fomento à ciência e tecnologia: um estudo da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP (2007); e para a tese de doutorado “Sobre mulheres, laboratórios e fazeres científicos na Terra da Luz” (2012a). Ainda, destaco os projectos de pesquisa financiados pelo CNPq: “Situando conhecimentos: mulheres cientistas em Pernambuco” (2012-2014) e “Epistemologias feministas e sociologia: para conhecer e situar a produção sociológica brasileira sobre feminismos e gênero” (2017-2021).
2. Em estudo anterior tratei mais detalhadamente sobre a história da política de CT&I no Brasil. Neste a política científica é pensada como um campo, cabendo considerar que: “É próprio de qualquer campo, inclusive do campo científico, a capacidade de “refratar”, ou seja, toda e qualquer pressão externa é retraduzida e mediatizada pela lógica do campo. Quanto mais autônomo for um campo, menos será influenciado por questões de ordem exógena. Quanto mais consolidadas forem as suas leis, menor será a sua heteronomia. Assim, o campo científico, nem totalmente autônomo, nem totalmente heterônomo, está sujeito a reconfigurações” (Matias Santos 2012b:31).
3. Situamos os feminismos decoloniais como parte do movimento teórico-político construído pelo grupo de intelectuais latino-americanos/as *Modernidad/Colonialidad (M/C)*, fundado no fim dos anos 1990 (Matias Santos 2018). Já os

- feminismos descoloniais tenho pensado como construções que partem da crítica ao modo como o movimento decolonial se constitui a partir da lógica acadêmica, beneficiando-se da inserção em prestigiadas universidades situadas em países centrais, tal como critica Silvia Rivera Cusicanqui: “Não é apenas uma economia de ideias, é também uma economia de salários, confortos e privilégios, bem como uma certificadora de valores, através da atribuição de diplomas, bolsas, mestrados, convites para ensinar e oportunidades de publicação. Por razões óbvias, e à medida que se aprofunda a crise das universidades públicas na América Latina, o tipo de estrutura que descrevemos se presta bem ao exercício do clientelismo como modo de dominação colonial. Através do jogo de quem cita quem, as hierarquias se estruturam e acabamos tendo que comer, regurgitado, o pensamento descolonizante que os povos indígenas e intelectuais da Bolívia, Peru e Equador produziram de forma independente” (2010:65-66).
4. “As universidades ocidentalizadas internalizaram estruturas epistêmicas racistas/sexistas desde suas origens [...]. Essas estruturas de conhecimento eurocêntricas tornaram-se parte do “senso comum”. É considerado uma operação normal que apenas homens ocidentais de cinco países constituam o cânone do pensamento em todas as disciplinas acadêmicas da universidade ocidentalizada. Não há escândalo nisso, porque eles são o resultado das estruturas epistêmicas de conhecimento racistas/sexistas normalizadas do mundo moderno/colonial” (Grosfoguel 2013:52).
 5. Programa Mulher e Ciência. Disponível em <http://cnpq.br/apresentacao-mulher-e-ciencia>.
 6. No âmago da concepção de desobediência epistêmica, destaco a ideia de Aníbal Quijano (1992:19-20): “A crítica ao paradigma europeu de racionalidade/modernidade é indispensável, aliás, urgente. Mas é duvidoso que o caminho consista na simples negação de todas as suas categorias; na dissolução da realidade no discurso; na pura negação da ideia e na perspectiva da totalidade do conhecimento. Longe disso, é preciso desfazer-se dos vínculos da racionalidade/modernidade com a colonialidade, em primeiro lugar, e, em última instância, com todo o poder não constituído na livre decisão dos povos livres. [...] Bem, finalmente, nada é menos racional do que a afirmação de que a visão de mundo específica de um determinado grupo étnico seja imposta como racionalidade universal, embora tal grupo étnico seja denominado Europa Ocidental. Porque isso, na verdade, é reivindicar o título de universalidade para um provincianismo”.
 7. Importante considerar que no contra-colonial a contraposição ao colonialismo e à colonialidade significa também uma contraposição ao imperialismo. Neste sentido, considera-se que o imperialismo dos Estados Unidos (a depender da abordagem, o seu neo-colonialismo) tem marcado violentamente a história política, econômica e também científica dos países da América Latina e Caribe. Por isso o uso do termo “euro-norteamericanocentrado” neste escrito. Como afirmou Eduardo Galeano, “Na caminhada, até perdemos o direito de chamarmo-nos americanos [...]. Agora, a América é, para o mundo, nada mais do que os Estados Unidos: nós habitamos, no máximo, numa sub-América, numa América de segunda classe, de nebulosa identificação” (1990:5).

8. A palavra “gênios” neste ponto do texto é usada como um recurso à ironia que tem como alicerce o reconhecimento que no projecto moderno colonial a racionalidade foi pensada como atributo apenas de europeus colonizadores (homens, brancos, cisgêneros, heterossexuais, burgueses) e que não se pode imaginar a existência de genialidade fora deste domínio. Na Europa Ocidental “a entrada das mulheres nas universidades foi gradativa. Após muitos episódios de resistência e luta, primeiramente elas conseguiram entrar em alguns cursos superiores, mas não podiam, em muitos lugares, assumir o cargo de professora. Foi somente no início do século XX que as mulheres começaram a entrar em áreas mais fechadas” (Matias Santos 2012a:129-130). A pensadora búlgara Júlia Kristeva (2002) identificou que, historicamente, às mulheres (mesmo às brancas europeias) foi atribuída a genialidade para trabalhos manuais, de cuidado e reprodução da vida sendo apartadas da genialidade nas ciências, na filosofia, na literatura, embora elas tenham conquistado espaço e marcado estes campos de construção de saberes.
9. Opto pelo uso desta categoria por compreender que gênero, como sistema de dominação nos marcos da modernidade colonial, é racializado, capitalista e constituído por relações patriarcais, pelo binarismo, pela norma cisgênera e heterossexual. Nesta seara, em termos teórico-políticos, María Lugones (2014) tem importante contribuição ao elaborar as suas análises sobre o sistema moderno colonial de gênero.
10. Considero importante a concepção sobre desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky, referenciada por Francisco de Oliveira (2003), para analisar a realidade do desenvolvimento capitalista no Brasil. Todavia, aposto na compreensão deste desenvolvimento situando-o radicalmente desde a matriz colonial de poder e apostando na noção de que a colonialidade do poder afecta não apenas as relações de produção nos territórios colonizados, mas é definitiva para tais relações em escala mundial, como afirma Aníbal Quijano (2005).
11. Para Quijano (1992:11) o imperialismo é o sucessor do colonialismo, “é uma associação de interesses sociais entre os grupos dominantes (classes sociais e/ ou "grupos étnicos") de países desigualmente colocados em uma articulação de poder, mais do que uma imposição de fora”.
12. Reconheço as particularidades do Brasil no seio da América Latina, já que processos de colonização distintos repercutem em processos de desenvolvimento capitalista diferenciados. Há uma histórica dificuldade de integração entre o Brasil em relação ao restante dos países latino-americanos, sendo considerado, inclusive, sub-imperialista. Dentre os motivos para tal dificuldade, estão: 1. os diferentes processos de “descolonização”, visto que “a independência do Brasil ocorreu de forma negociada entre Brasil, Portugal e Inglaterra [...] por outro lado, a América Espanhola, ao expulsar o colonizador por uma série de revoluções que instituíram repúblicas, demorou muito mais para adquirir a estabilidade interna” (Boff & Moreira 2018:317); 2. o Brasil, ao longo do século XIX, construiu uma política agressiva e belicosa diante dos países vizinhos; 3. a política externa brasileira, antes da proclamação da República, que se aproximava

- dos Estados Unidos e defendia o pan-americanismo. Foi apenas “entre a 1ª e 2ª Guerra Mundial que o Brasil, finalmente, passou a ser considerado latino-americano. [...] foi necessário que os Estados Unidos fizessem tal inclusão para que o Brasil passasse a reconhecê-la” (Boff & Moreira 2018:322).
13. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – 1º Trimestre de 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403#resultado>. Nos dados não estão especificados os percentuais relativos às pessoas amarelas, indígenas e sem declaração.
 14. Assinado por Deodoro da Fonseca. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 01 jan. 2020.
 15. Sobre a tese de Lacerda, ver também os estudos de Thomas Skidmore (1976) e Lilia Schwarcz (2011).
 16. "O racismo científico brasileiro espelha precisamente o paradoxo que vivia o país, premido, por um lado, pela condição de objeto do discurso etnológico europeu e, por outro, pelo desejo de produção de um discurso nacional, como sociedade histórica [...]. Podemos dizer, então, que a reflexão sobre a raça no âmbito das Ciências Sociais no Brasil até os anos 1930 esteve fundamentalmente aprisionada nos termos estabelecidos pelo racismo científico" (Santos & Silva 2018:258).
 17. Sobre o sistema decisório da Política de Ciência, Tecnologia & Inovação Nacional ver Matias Santos (2012b).
 18. A única mulher presente nesta reunião, Diamantina Ferreira Da Cunha, era Assistente do Presidente do CNPq e não era membra do Conselho. Diamantina é a segunda da direita à esquerda, posicionada por detrás dos conselheiros.
 19. "A competição, nessa modalidade de bolsa, é bem acirrada, entre outros motivos porque essas bolsas não atendem toda a demanda qualificada, tornando-se elemento de distinção acadêmica. [Essas bolsas] representam, actualmente, cerca de 15% do total de pesquisadores doutores cadastrados no Directório" (Tavares 2012:1). Segundo o CNPq, a bolsa de Productividade em Pesquisa (PQ) deve ser "destinada aos pesquisadores que se destaquem entre seus pares, valorizando sua produção científica segundo critérios normativos, estabelecidos pelo CNPq, e específicos, pelos Comitês de Assessoramento (CAs) do CNPq" (Disponível em <http://www.cnpq.br/documents/10157/5f43cefd-7a9a-4030-945e-4a0fa10a169a>). As Bolsas são diferenciadas hierarquicamente entre níveis 1 e 2, sendo o nível 1 dividido entre as categorias A,B,C,D. No topo temos as bolsas 1A, destinadas aos pesquisadores considerados de mais elevada excelência.
 20. As informações referentes ao ano 2014 são as últimas disponibilizadas pelo Programa Mulher e Ciência. Disponível em <http://www.cnpq.br/documents/10157/f865e679-ae2-4c5d-b60f-b056f759f6d1>.
 21. Disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/1f95db49-f382-4e22-9df7-933608de9e8d>.
 22. “Embora haja relação entre os conceitos, o racismo difere do preconceito racial e da discriminação racial. O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos

- acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. [...] A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça” (Almeida 2019:22-23).
23. Tanto os dados que revelam discriminação racista e sexista, quanto os silêncios sobre a participação de pessoas sexo-gênero dissidentes, revelam a negligência à lógica discriminatória na política científica que além de reflectir as desigualdades de acesso ao ensino superior, reafirma a discriminação ao ser estabelecida por meio da lógica meritocrática.
 24. O Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências é parte do Programa Mulher e Ciência criado em 2005, através do trabalho interministerial realizado pela então Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, hoje extinta, e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Educação (MEC), hoje ministérios reconfigurados. Mais informações disponíveis em: <http://www.cnpq.br/web/guest/historico1/>

Referências

- Akotirene, C., 2019, *Interseccionalidade*, São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen (Feminismos Plurais).
- Almeida, S.L., 2019, *Racismo estrutural*, São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. (Feminismos Plurais)
- Bento, M.A., 2002, ‘Branqueamento e branquitude no Brasil’, in I. Carone, & M. A. Bento, eds., *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, Petrópolis, RJ: Vozes. pp. 25-58
- Boff, R.B. & Moreira, A.S., 2018, ‘Soy America Latina? A relação dos brasileiros com a identidade latino-americana’, in E. Castro, & R. Ointo, eds., *Decolonialidade e sociologia na América Latina*, Belém: NAEA/UFPA. pp. 317-336.
- Brasil, 1890, *Decreto Nº 528 de 1890*. (<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decreto/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>). 23 Abril 2021.
- Castro Gómez, S., & Grosfoguel, R., 2007, ‘Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico’, in S. Castro Gómez, & R. Grosfoguel, eds., *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. pp.9-23.
- Collins, P.H., 2016, ‘Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro’, *Revista Sociedade e Estado*, Vol. 31, No. 1, pp. 99-127.

- Cusicanqui, S.R., 2010, *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*, Buenos Aires: Tinta Limón.
- Fabian, J., 1983, *Time and the other: how anthropology makes its object*, New York: Columbia University Press.
- Galeano, E., 1990, *As Veias Abertas da América Latina*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Grosfoguel, R., 2007, *La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales Transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global*, Panamá: CELA, Centro de Estudios Latinoamericanos Justo Arosemena.
- Grosfoguel, R., 2013, 'Racismo/sexismo epistémico, universidades occidentalizadas y los cuatro genocidios/ epistemicidios del largo siglo XVI', *Tabula Rasa*, No. 19, pp. 31-58.
- Haag, C., 2012, 'Os indesejáveis -Política imigratória do Estado Novo escondia projeto de branqueamento', *Revista Pesquisa FAPESP*, No. 201(https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2012/11/080-083_Imigrantes_201.pdf). 23 Abril 2021.
- Haraway, D., 1995, 'Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial', *Cadernos Pagu*, No. 5, pp. 7-41.
- Hooks, B., 2015, 'Escaralizando homens negros', *Estudos Feministas*, Vol. 23, No.3, pp. 677-689.
- Kilomba, G., 2016, *Descolonizando o conhecimento - Uma Palestra-Performance*. <https://www.geledes.org.br/descolonizando-o-conhecimento-uma-palestra/>(<https://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>). 23 Abril 2021.
- Kristeva, J., 2002, *O gênio feminino – a vida, a loucura, as palavras: Hannah Arendt, Melanie Klein, Collette*, Rio de Janeiro: Rocco.
- Lorde, A., 1979, 'As ferramentas do mestre nunca vão dismantelar a casa-grande. Comentários sobre The Personal and the Political Panel', *Second Sex Conference*, New York, 29 de setembro de 1979. Tradução de Tatiana Nascimento revisada em fevereiro de 2012, do artigo The Master's Tools Will Never Dismantle the Master's House, in A., Lorde, 1984, *Sister outsider: essays and speeches*, New York: The Crossing Press Feminist Series, (https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/obras_digitalizadas/audre_lorde_-_textos_escolhidos_portu.pdf). 23 Abril 2021.
- Lugones, M., 2014, 'Rumo a um feminismo descolonial', *Estudos Feministas*, Vol. 22, No.3, pp.935-952.
- Macamo, E., 2013, 'Respostas sem perguntas, ou: porque a África não é um problema por resolver', *In Progress: 2.º Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África*, Lisboa: CEAs - Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, pp. 255-264.
- Matias dos Santos, V., 2018, 'Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência', *Psicologia & Sociedade*, 30. (<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v30/1807-0310-psoc-30-e200112.pdf>). 23 Abril 2021.
- Matias dos Santos, V., 2012a, 'Sobre mulheres, laboratórios e fazeres científicos na Terra da Luz', Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará.

- Matias Santos, V., 2012b, *Mulheres e homens na política de ciência e tecnologia*, Fortaleza: Ed. UECE/Edmeta.
- Matias Santos, V., 2016, 'Uma "perspectiva parcial" sobre ser mulher, cientista e nordestina no Brasil', *Estudos Feministas*, Vol. 24, No.3, pp. 801-824.
- Mignolo, W., 2008, 'Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política', *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, 34, pp. 287-324.
- Mignolo, W., 2010, *Desobediencia epistêmica: Retorica de la modernidade, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*, Buenos Aires: Ediciones del Signo.
- Mombça, J., 2019, 'Rastros de uma Submetodologia Indisciplinada', *Concinnitas*, A.17, Vol. 1, No. 28. Disponível online <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/25925>
- Oliveira, F.de, 2003, *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*, São Paulo: Boitempo.
- Quijano, A., 1992, 'Colonialidad y Modernidad-racionalidad', in H. Bonillo, ed., *Los conquistados*, Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, pp. 437-449.
- Quijano, A., 2005, 'Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina', in *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, pp. 117-142.
- Santos, B.S., 2007, 'Para além do pensamento abissal – Das linhas globais a uma ecologia dos saberes', *Novos estudos – CEBRAP*, No. 79, pp.71-94.
- Santos, R.A., & Silva, R.M., 2018, 'Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura', *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Vol. 34, No. 68, pp. 253-268.
- Schwarcz, L.M., 2011, 'Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco', *História, Ciências, Saúde*, Vol. 18, No. 1, pp. 225-242.
- Schwarcz, L.M., 2007, 'Quase pretos, quase brancos', *Revista Pesquisa FAPESP*, No. 134. (<https://revistapesquisa.fapesp.br/quase-pretos-quase-brancos/>) . 23 Abril 2021.
- Skidmore, T., 1976, *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Souza, V.S., & Santos, R.V., 2012, 'O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates', *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Vol. 7, No. 3, pp. 745-760.
- Tavares, I., Braga, M.L.S., & Lima, B.S., 2015, *Análise sobre a participação de negras e negros no sistema científico*. (<http://docplayer.com.br/21111324-Analise-sobre-a-participacao-de-negras-e-negros-no-sistema-cientifico.html>). 23 Abril 2021.
- Tavares, I. 2012, 'Mulheres na Ciência', *Jornal da Ciência*, 26 maio 2012.